



BELO HORIZONTE  
DEZEMBRO DE 2010  
ANO 04 | Nº 35



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

# Iepha realiza inventário do Vale do Rio São Francisco

\_\_\_\_\_ página 04



Acervo Iepha/MG

Estudo faz levantamentos sobre o modo de viver, os usos e costumes da população ribeirinha, dos artesãos e das comunidades rurais



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

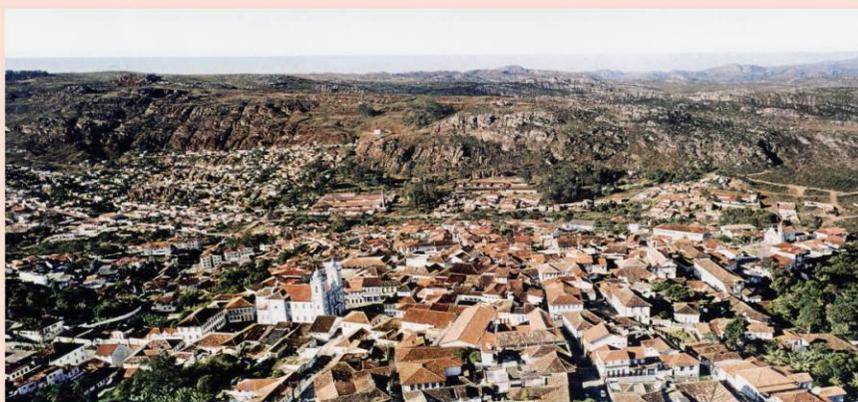
Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 08

Conep aprova tombamento do Registro do Paraibuna, em Simão Pereira, e da Serra dos Cristais, em Diamantina

\_\_\_\_\_ página 05



Acervo Iepha/MG

Entrevista: Diretores do Iepha pontuam principais ações no período 2007-2010

\_\_\_\_\_ páginas 06 e 07

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...

## Editorial

### Que 2011 seja um bom ano para o Patrimônio Cultural

São grandes os desafios para a preservação do patrimônio cultural mineiro e cada vez mais diferentes instituições e segmentos sociais se manifestam a favor da necessidade de uma mais eficaz participação e corresponsabilidade entre os diversos atores. Assim, as possíveis parcerias ganham novas configurações entre instituições que cuidam da preservação para buscar, em conjunto, possibilidades de atuarem de forma mais proativa nos procedimentos necessários para a salvaguarda de bens culturais, de grande significado material e simbólico para as comunidades que os detêm como patrimônio.

Na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural-CONEP-, realizada em 13 de dezembro de 2010, foram apresentadas e aprovadas as diretrizes e ações prioritárias do Iepha/MG, para o ano de 2011, relativas aos bens culturais protegidos ou em vias de proteção pelo Estado de Minas Gerais. São programas, projetos e parcerias que dão continuidade aos trabalhos em desenvolvimento, envolvendo todas as diretorias, nos quais serão utilizados os recursos propostos ao Instituto, em análise na Assembléia Legislativa.

Para o Iepha/MG, 2010 foi um ano de grandes desafios devido a contenções orçamentárias e perda de funcionários. Em que pese essas adversidades, o gabinete, os diretores, assessores, gerentes e funcionários da instituição souberam, com muito empenho, criatividade e consciência das limitações, consolidar um conjunto de ações que garantiram o cumprimento de metas com uma qualidade muito eficaz. Um dos textos desta edição do Bem Informado é uma apresentação de cada uma das diretorias do Iepha/MG, com uma síntese de suas principais atribuições e divulgando ações que muito contribuíram para a preservação, conservação e promoção do patrimônio cultural.

Outros artigos que merecem leitura são destaque nesta edição: o Projeto de Inventário para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco; O Memorial Minas Gerais – Vale inaugurado em 30 de setembro de 2010, que mostra a cultura e a história do povo mineiro; O tombamento provisório do Registro do Paraibuna, localizado às margens da antiga estrada União e Indústria, em Simão Pereira; O Bem Cultural tombado - Conjunto Paisagístico do Parque Municipal – Belo Horizonte é a referência verde do centro da cidade e que, ao longo do tempo, tem sido local de lazer para gerações de belo-horizontinos; Alunos conhecem história da cidade durante a Jornada, ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, durante a 2ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizada em setembro.

É importante lembrar que no dia 15 de janeiro é o último dia para os municípios encaminharem ao IEPHA/MG, pelos Correios, os documentos para análise e pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – exercício 2012.

Um feliz 2011 a todos e que o próximo ano seja de muitas realizações para o IEPHA/MG.

Carlos Roberto Noronha  
Presidente

## Peças Desaparecidas

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, do século 18, é feita em madeira esculpida e policromada. Quanto ao tamanho, a única referência é sua altura: 80 cm.

A peça pertence ao acervo da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Pará dos Vilelas, em Itaguara. A ocorrência de seu furto foi registrada em 1996.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco do site do Iepha/MG.



Divulgação

## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antonio Augusto Anastasia

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Washington Mello

Secretário adjunto: Estevão Fiuza

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Mariana Márcia Custódio

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

### BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP)

Diagramação: Ludymila Toledo

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>3</sup> - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG  
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br  
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

# Memorial Minas Gerais – Vale mostra cultura e história do povo mineiro

Fotos Divulgação / CCPL



Foi inaugurado no dia 30 de novembro o Memorial Minas Gerais – Vale, instalado no antigo prédio da Secretaria de Estado da Fazenda, em Belo Horizonte, terceiro equipamento integrante do Circuito Cultural Praça da Liberdade.

Com curadoria e museografia do designer e cenógrafo Gringo Cardia, o Memorial é considerado por ele um dos trabalhos mais importantes de sua carreira. “O que mais me emociona é contar a história de tanta gente diferente”, avalia. É isso que o público vai encontrar no espaço: um pouco da história da vida dos mineiros, de Belo Horizonte, da política, do desenvolvimento do povo mineiro e da sua arte consagrada mundialmente.

Caracterizado como museu de experiência, o Memorial leva o visitante a descobrir a história e os costumes mineiros, do século 18 ao momento atual, de forma interativa. Personagens ilustres, vilas barrocas, grandes autores, cidadãos comuns, moda, comida típica e até o futebol estão representados em suas 31 salas, onde a tecnologia é usada junto a objetos e cenários tradicionais.

Preocupado em criar um “museu para toda a família”, Gringo recorreu a quadros que conversam entre si, textos gravados em roupas, árvores de poemas, mobiliário de época, fotos, textos, vídeos e outras mídias para criar cada uma das salas. O Memorial é dividido em três eixos. No eixo Minas Imemorial, o visitante volta aos séculos 18 e 19 em cenários que mostram o mundo das fazendas mineiras, as lavras, os quilombos e os sítios arqueológicos. O eixo Minas Visionária traz os conceitos de tradição, entusiasmo e utopia na cultura e no pensamento mineiro. Já o eixo Minas Polifônica é um ambiente interativo, no qual o visitante pode conhecer um pouco mais da história da miscigenação na cultura mineira, além do barroco, do modernismo e das festas populares.

## | Patrimônio Restaurado

O prédio da Secretaria de Estado da Fazenda, então denominado Secretaria das Finanças, foi projetado pelo arquiteto da Comissão Construtora da Nova Capital, José de Magalhães, seguindo o estilo eclético. A obra da edificação, tombada pelo Iepha desde 1977, começou em 25 de novembro de 1895 e foi inaugurada juntamente com a nova capital, em 12 de dezembro de 1897.

O uso do prédio foi elaborado de forma a propor um confronto entre a Minas clássica e a Minas multicultural moderna. Assim, as salas da primeira fase de construção do edifício foram preservadas quase sem cenografia, para mostrar os ricos ornamentos do século 19. O projeto de restauração arquitetônica, de Flávio Grilo, e a restauração artística, da Espaço

Tempo, tiveram acompanhamento de técnicos do Iepha.

O pátio interior central aberto foi recuperado, recebendo um jardim e um palco, com projeto dos arquitetos Humberto Hermeto, Carlos Maia, Débora Mendes, Eduardo França e Igor Macedo, que teve aprovação do Iepha/MG. Em torno desse pátio, foi inserida uma grande área de socialização, de onde se irradiam os acessos às exposições museográficas, às temporárias e às atrações dos auditórios nos andares superiores.

## | Circuito

O Circuito Cultural Praça da Liberdade se consolida como importante pólo de cultura, reunindo conhecimento, ciência, arte e entretenimento. Também integram o complexo o Espaço TIM UFMG do Conhecimento e o Museu das Minas e do Metal – EBX, inaugurados em março deste ano, o Centro de Arte Popular – Cemig e o Centro Cultural Banco do Brasil, com inaugurações previstas para 2011, o Museu do Homem Brasileiro, a ser implantado no antigo prédio da Secretaria de Obras Públicas, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Museu do Clube da Esquina, no antigo prédio do Servas, o Museu do Automóvel, a ser instalado em uma área do complexo do Palácio da Liberdade, e um hotel padrão cinco estrelas, no antigo prédio do Iepemg. Ainda fazem parte do Circuito Cultural, o Palácio da Liberdade, aberto à visitação aos domingos, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o Arquivo Público Mineiro e o Museu Mineiro.

## | Serviço:

Até 28 de janeiro, o Memorial recebe visitas com agendamento prévio pelo telefone (31) 3343-7317, das 9 às 19h. A partir desta data, o espaço será aberto ao público geral.



▲ Sala O Povo Mineiro mostra a história de Minas Gerais contada pelos povos que a formaram

(Leia mais sobre o Memorial Minas Gerais – Vale na página 8)

# Inventário do Rio São Francisco

Angela Dolabela Canfora\*

A regionalização das ações de preservação do patrimônio cultural mineiro atende ao princípio da descentralização da gestão pública. Nesse sentido, o Plano Estadual de Inventário (Portaria Iepha nº 29/2008) orienta a execução do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG –, ampliando o conhecimento de bens culturais a regiões ainda pouco conhecidas, articulando ações educativas e de promoção do patrimônio cultural mineiro como estratégias de proteção nas diferentes categorias de bens culturais.

É nesse contexto que se insere o Projeto de Inventário para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco, no qual o uso de tecnologias tradicionais de transformação de recursos naturais, as atividades de navegação ribeirinhas e outros usos do território são objetos de identificação de valores culturais.

Os resultados propostos articulam ações de preservação do patrimônio cultural a programas, planos e projetos já existentes de modo a racionalizar recursos e evitar duplicidade.

- a) Zoneamento Ecológico Econômico, cadastro de usuários da água e monitoramento de qualidade da água, Planos de Gestão de Sub-bacias (Semad);
- b) Programa de Revitalização (PRSF/Codevasf);
- c) Projetos do Iphan e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular;
- d) Assentamentos rurais;
- e) Ações governamentais continuadas (Cesf, Emater, Epamig).

O patrimônio cultural relacionado ao modo de viver de comunidades artesãs, produtores rurais e população ribeirinha, organizado pela sociedade e sistematizado pelo inventário, são práticas cotidianas que estruturam as políticas públicas de referenciamento cultural, demonstrando a responsabilidade legal do Estado na preservação de valores culturais como meio de qualificação de vida e de inclusão social.

A metodologia envolve equipe interdisciplinar para pesquisa de fontes documentais e de campo, registro audiovisual e mobilização de agentes e entidades culturais locais.

A abrangência dos municípios em posição lindeira ao rio é de três trechos navegáveis,

- I – Lassance, Buritizeiro, Pirapora, Várzea da Palma, Lagoa dos Patos e Ibiaí;
  - II – Ubaí, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São Romão, Pintópolis, Icarai de Minas, São Francisco, Pedras de Maria Cruz;
  - III – Januária, Matias Cardoso, Itacarambi, Chapada Gaúcha, São João das Missões e Manga;
- incluindo os Parques Nacionais Cavernas do Peruaçu e Grande Sertão Veredas e Parques Estaduais da Serra das Araras e Veredas do Peruaçu.

O inventário será executado pelo Iepha/MG com recursos obtidos pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta. Os municípios participarão com as equipes técnicas locais, os codemas e conselhos do patrimônio cultural. O Núcleo Interinstitucional de Estudos Ambientais – NIEA – e a Unimontes/UFMG são parceiros de execução.

## Objetivos específicos do projeto:

- Conhecer – Formação de banco de dados da região.
- Disponibilizar – Acesso à informação do público em geral.
- Mapear – Localização das diversas categorias e espécies de bens culturais.
- Capacitar – Compartilhamento de experiências entre agentes culturais e conselhos dos setores de cultura e meio ambiente locais.
- Proteger – Indicação de Planos de Salvaguarda, Registro do patrimônio imaterial e Plano de Proteção do patrimônio material – e medidas educativas, de acordo com as especificidades de cada bem cultural.

A Diretoria de Proteção e Memória tem o intuito de captar novos recursos e replicar o projeto de proteção integrada a outras regiões do Estado.



Fotos Acervo Iepha/MG



<< A vida na beira do rio e o artesanato feito em cerâmica fazem parte do modo de viver e dos costumes da população do Vale do São Francisco



\*Gerente de Identificação da Diretoria de Proteção e Memória

## Conep aprova tombamentos da Serra dos Cristais e do Registro do Paraibuna



Fotos Acervo Iepha/MG

Em reunião extraordinária realizada no último mês, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – votou e aprovou mais dois processos de tombamento realizados pelo Iepha. Um dos bens culturais que agora conta com proteção legal do Estado é o Registro do Paraibuna, posto fiscal da época do Império, localizado no município de Simão Pereira. Instalado estrategicamente na fronteira entre Minas e Rio de Janeiro, o sobrado é uma das duas únicas construções remanescentes dentre dezenas destas “alfândegas” controladas pela Coroa Portuguesa que existiam no Estado.

Com o declínio da exploração do ouro mineiro, o casarão – que pode inclusive ter hospedado D. Pedro I em viagem em 1822 – perdeu sua função original. Por mais de um século, sobreviveu como restaurante, hospedaria, depósito e até como criadouro de abelhas, até voltar a ser um lugar de memória. Uma parceria entre a prefeitura local e a Associação do Portal do Caminho Novo tem projetos para que o bem seja totalmente restaurado e passe a abrigar o Centro Cultural Referencial da Memória do Registro do Paraibuna.

A votação unânime pelos conselheiros do Conep aprovou o tombamento estadual provisório do casarão, o que já garante sua salvaguarda até que o Iepha realize mais estudos sobre o bem e aprofunde o dossiê de tombamento para, então, pleitear a proteção definitiva.

Por este mesmo processo passou o Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, em Diamantina, que já possuía o tombamento provisório pelo Iepha desde 2000 e cuja proteção definitiva foi votada e aprovada pelo Conep durante o encontro. A área abriga nascentes, represas, mirantes, praças, cruzeiros, uma igreja e um importante trecho histórico calçado com pedras, o Caminho dos Escravos. O tombamento visa impedir o avanço de ocupações urbanas com potencial para descaracterizar o conjunto.

De acordo com o dossiê de tombamento, o bem se encaixa no conceito de paisagem cultural, uma vez que desempenha grande importância na formação da identidade local e regional e na composição da paisagem de Diamantina. A gerente de Patrimônio Material do Iepha, Rosana Marques, explica que a Serra dos Cristais tem um significado cultural que se soma ao caráter ambiental e de pano de fundo visual para a cidade. “A serra é um elemento de identidade muito forte para a comunidade ao longo de sua história. É um espaço de diálogo, marcado pelos acontecimentos, pela vivência e pela memória de habitantes e viajantes e pela evolução do antigo Arraial do Tijuco, maior palco da exploração de diamantes na América Latina”.

(Leia mais sobre o Registro do Paraibuna na página 10)



▲ Serra dos Cristais (foto no alto da página) ganha tombamento definitivo e Registro do Paraibuna (acima) tem proteção provisória.



ENTREVISTA

## Diversas ações garantem preservação do patrimônio no período 2007-2010

Nesta edição, o Bem Informado traz uma pequena entrevista com cada um dos quatro diretores do Iepha, onde eles pontuam ações de destaque em suas unidades durante a gestão 2007-2010. Com empenho, determinação e competência, e cercados por uma equipe dedicada de técnicos, Carlos Henrique Rangel, Mônica Soares Grosso, Renato César de Souza e Vera Chacham driblaram as principais dificuldades, desenvolvendo ações fundamentais para a proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural do Estado.

### Carlos Henrique Rangel – Diretor de Promoção



Criada em 2007, pela Lei Delegada nº149/2007, a Diretoria de Promoção (DPR) teve como primeiro diretor o historiador Carlos Henrique Rangel. A unidade é composta por três gerências: Cooperação Municipal, Difusão e Documentação e Informação. É de sua responsabilidade a análise da documentação enviada pelas prefeituras para o programa ICMS Patrimônio Cultural, que vem permitindo a municipalização da proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais. Em 2010, 700 municípios

encaminharam 4.157 documentos para análise, o que foi envolvido o trabalho de uma equipe de 15 técnicos.

Capacitar e conscientizar também são função da DPR. Os programas de

Educação Patrimonial, realizados nos municípios onde o Iepha vem atuando, contemplou 10 municípios nesta gestão. Paralelamente, são desenvolvidos cursos para capacitação e informação dos agentes culturais em várias regiões do Estado. No período de janeiro a outubro de 2010, foram capacitados 1.320 agentes culturais em 156 cidades mineiras.

A Gerência de Documentação e Informação atende a centenas de pesquisadores e agentes culturais que buscam informações no acervo de milhares de documentos, que reúne dossiês de tombamentos, publicações do Iepha e de outras instituições sobre patrimônio, documentação produzida pelos municípios para o ICMS, mapas, plantas, inventários, relatórios de projetos e obras, fotografias, folhetos e periódicos.

Funcionário do Iepha há 26 anos, Carlos Henrique Rangel, antes de assumir a Diretoria de Promoção, exerceu os cargos de Chefe de Pesquisa, Chefe de Proteção, Superintendente de Proteção e Superintendente de Desenvolvimento e Proteção.

### Vera Chacham - Diretora de Proteção e Memória



A Diretoria de Proteção e Memória (DPM) é composta por três gerências: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Identificação. Entre suas atribuições estão o levantamento de informações e elaboração de dossiês de tombamento e de registro e inventários.

A diretora Vera Chacham ressalta que, nos últimos anos, a DPM se empenhou em finalizar processos de tombamento que já haviam sido abertos há mais tempo, como o do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e Fazenda Pé-do-

Morro, em Ouro Branco, o da Serra dos Cristais, em Diamantina, e o da Casa da Casa de JK, em Belo Horizonte.

Entre os processos de tombamento abertos recentemente pela diretoria é

importante destacar o do Casarão do Registro do Paraibuna, em Simão Pereira por possuir “um enorme valor, um potencial para que uma reflexão sobre a história de Minas Gerais seja acessível”, segundo aponta o dossiê. O tombamento provisório foi aprovado pelo Conep em novembro e o definitivo deve ser finalizado ainda este ano.

Também no que diz respeito aos inventários é necessário destacar a continuidade das ações da DPM. Foram finalizados inventários importantes como o do Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, e o da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Chapada do Norte.

Em 2010, a Gerência de Patrimônio Imaterial elaborou o Plano de Ação para o Patrimônio Imaterial, que será executado no próximo ano, e realizou a atualização do Registro do Modo de Fazer Queijo Artesanal do Serro.

À frente da DPM há dois anos, a historiadora Vera Chacham é formada em História pela UFMG, tem mestrado em Sociologia e doutorado em Estudos Literários.

## Renato César de Souza – Diretor de Conservação e Restauração



A Diretoria de Conservação e Restauração (DCR) é responsável pelo planejamento e contratação da execução, ou execução direta, de diversos projetos e obras de restauração e conservação de patrimônio edificado e de elementos artísticos.

Seu diretor, o arquiteto Renato César de Souza, destaca que, a partir de 2007, muitas mudanças vieram com a reestruturação de antigas superintendências, resultando em três gerências

subordinadas à diretoria, cada uma com sua missão. A Gerência de Elementos Artísticos (GEA) e a Gerência de Projetos e Obras (GPO) mantiveram a linha de trabalho que vinha sendo adotada, adaptando-se a um grande processo de modernização. A grande conquista, segundo ele, foi a criação da Gerência de Ação Preventiva (GAP), estruturada para a fiscalização e vistoria permanente do patrimônio tombado ou de interesse cultural, gerando ações que subsidiam programas e trabalhos de outras gerências, inclusive de outras diretorias.

Dentre as ações de maior destaque da GAP estão, por exemplo, o Programa InVista, de vistorias e inspeções periódicas, e o Programa Minas para Sempre, que promove

trabalhos de conservação preventiva, de serviços e obras urgentes e de instalação de sistemas de segurança contra furtos e de prevenção e combate a incêndios.

Orientação, acompanhamento e execução de projetos e obras de conservação e restauração civil de bens tombados ou de interesse cultural em todo o Estado ficam a cargo da GPO. Nos últimos quatro anos, foram diversos trabalhos, incluindo a restauração do PSIU/UAI de Belo Horizonte, várias obras pelo Monumenta, no Serro, e para a implantação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, na capital mineira.

Responsável pelo acompanhamento, fiscalização e realização de projetos e obras de restauração de elementos artísticos, a Gerência de Elementos Artísticos implantou, nesta gestão, dois programas de grande destaque que, segundo Renato Souza, vieram para ficar. O primeiro deles foi o Ateliê Vitrine, programa que abre periodicamente as portas do ateliê, estimulando visitas e acompanhamento dos trabalhos de restauração por estudantes e especialistas da área, bem como toda a população. Já o Programa de Restauração de Acervos tem a proposta de identificar e recuperar bens de forte significado para as comunidades às quais pertencem. Durante todo o processo de restauração, a população pôde acompanhar os trabalhos realizados no ateliê vitrine ou pelo blog Restauração Ateliê, onde fotos e um texto explicativo foram postados para que as pessoas acompanhassem passo a passo o trabalho.

## Mônica Soares Grosso – Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças



A Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF) é a base administrativa que mantém todo o funcionamento do Iepha. Nela, estão as gerências de Recursos Humanos (GRH), de Modernização Institucional (GMI), de Planejamento e Orçamento (GPL), de Logística e Manutenção (GLM) e de Contabilidade e Finanças (GCF).

A diretora Mônica Grosso sublinha a assinatura do Acordo de Resultados como um dos fatores que promoveram uma sensível mudança no setor nos últimos anos, com a

implantação de várias medidas de modernização que conferiram maior agilidade e segurança nos procedimentos. Exemplos foram a implantação dos sistemas de frotas e de requisição de materiais pelo Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad) e o controle de tramitação de documentos internos e externos pelo Sistema Integrado de Protocolo (Sipro).

Os sistemas também promoveram a padronização de diversos outros processos administrativos, desde o controle de diárias de viagens e prestação de contas até o acompanhamento dos processos de contratação, compras e licitações. Mônica ainda destaca como um grande avanço da diretoria o processo de ampliação e modernização pela qual passou a GMI, com aquisição expressiva de equipamentos e softwares necessários ao trabalho do setor e de toda a instituição.

Outro destaque foi a gestão da GRH, que conquistou o “Prêmio Ser Utramig” pela liderança na modalidade Governo, no último dia 7/12. O setor é responsável pela coordenação das Avaliações de Desempenho de todos os servidores, ação que, segundo a diretora da DPGF, garantiu maior participação e comprometimento das equipes com as metas da instituição. A atuação da GRH nesta gestão também foi marcada pela ampliação de cursos de capacitação oferecidos, realizados a partir de convênio com a Fapemig. Outro destaque foi a implantação dos programas estaduais AmbientAção, que visa a conscientização e adoção de hábitos e postura ambientalmente sustentável, e Bem Estar Minas, voltado para a melhoria da qualidade de vida do servidor.



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

### | Memorial Minas Gerais – Vale

O pequeno olhar desta edição encontra-se no forro decorativo do Memorial Minas Gerais – Vale, no antigo prédio da Secretaria da Fazenda, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. O detalhe é um Mascarone, uma típica representação ornamental que surgiu durante o Renascimento, inspirada em antigas pinturas romanas desobertas em escavações; por isso, denominadas Grotteschi (degrutas).

O estilo gótico comumente recorre ao imaginário, utilizando-se da mistura entre máscaras, seres fantásticos e animais distorcidos sobre um fundo naturalista, como vemos nesta representação do que parece ser uma máscara de leão. Nas pinturas ecléticas dos prédios históricos da Praça da Liberdade estes recursos são bastante encontrados.

Responsável pela decoração interna e pinturas ornamentais no Palácio da Liberdade e de prédios históricos da Praça da Liberdade, o pintor alemão Frederico Steckel é autor do forro em destaque. Um dos



primeiros e mais importantes trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital, o prédio que sediou a Secretaria de Finanças e, mais tarde, a Secretaria de Estado da Fazenda, teve sua construção iniciada em outubro de 1895, a partir de projeto do arquiteto pernambucano José de Magalhães. No último mês, foi reaberto como o Memorial Minas Gerais – Vale, integrante do Circuito Cultural Praça da Liberdade.



## BLOCO DE NOTAS

### | ICMS – exercício 2012

No próximo dia 15 de janeiro, termina o prazo para que as prefeituras mineiras encaminhem ao Iepha a documentação para análise e pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – exercício 2012. Só será aceita a documentação encaminhada pelos Correios, com comprovante de postagem dentro da data limite. Vale lembrar que a documentação não pode ser entregue pessoalmente e, caso chegue ao Iepha fora do prazo, não será pontuada. O endereço para postagem é: ICMS Patrimônio Cultural no endereço: Praça da Liberdade s/nº (Prédio Verde) – 4º andar, Funcionários – Belo Horizonte/MG – CEP: 30140-010.

A Deliberação Normativa 01/2009, que define os critérios de pontuação, está disponível no site do Iepha no link: [http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/cat\\_view/23-legislacao/34-deliberacao](http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/cat_view/23-legislacao/34-deliberacao)

### | Patrimônio mineiro e cultura em destaque na decoração de Natal

Pelo 12º ano consecutivo a Praça da Liberdade, um dos cartões postais de Belo Horizonte, recebe decoração especial para o Natal, instalada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Este ano, a ornamentação aborda a preservação da cultura e do patrimônio mineiro. Um trio de papais noéis instalado no coreto tocará canções natalinas tradicionais em ritmo de chorinho, adaptadas pelo mestre do cavaquinho Waldir Silva, numa homenagem aos músicos mineiros.



Tombada pelo Iepha em 1977 e pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1991, a praça também recebe dois papais noéis de 4,5 metros de altura e uma árvore de Natal com 10 metros de altura, que reproduz a mesma trilha musical do coreto. Para dar brilho ao Natal deste ano, foram instalados 36 mil conjuntos de microlâmpadas e 38 mil metros de cordões luminosos.



# Alunos conhecem história da cidade durante a Jornada

«Conhecendo o passado, os indivíduos tornam-se mais críticos, mais conscientes de seu papel e mais preparados para o futuro». Esta frase define a ação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, durante a 2ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizada em setembro. Com o tema “Nas Trilhas do Passado – Arraial Novo de Nossa Senhora do Carmo da Ponte de Terra”, a iniciativa foi desenvolvida junto aos alunos dos 4º e 5º anos das escolas municipais Dilza Maria de Oliveira, Professora Geralda Maria de Oliveira, Grasiella Ferreira de Melo e Henrique Casemiro de Menezes.

O projeto contou com uma caminhada pela parte mais antiga da cidade, partindo do Largo da Matriz até a Igreja do Rosário, passando pelas principais edificações ao longo do caminho, observando as que permaneceram e as intervenções que modificaram o centro histórico de Carmo do Paranaíba. “Mostramos às crianças a importância da história, da memória e da paisagem urbana do município por meio da apresentação de conceitos básicos de preservação do patrimônio histórico e cultural”, revela Alemmar de Oliveira, chefe do Setor de Cultura e Patrimônio Cultural da cidade.

Durante uma semana, cerca de 500 alunos tiveram a oportunidade de visitar lugares a que muitos não tinham acesso. “Muitas crianças, por viverem no centro, não conheciam a Rua de Pedra, que foi a primeira via a receber calçamento de pedra, por ligar a cidade à Fonte da Mandioca. Outros meninos nunca tinham entrado em uma igreja por seguirem outra religião”, relata Alemmar.

Ao fim da caminhada, os alunos participaram de um piquenique e receberam bonés comemorativos da Jornada e cartilhas de educação patrimonial. Essa viagem ao passado foi resultado do projeto de educação patrimonial que o município desenvolve junto às escolas e já existe uma proposta para que ela entre em definitivo para o calendário escolar.

## Participação constante

Em 2009, Carmo do Paranaíba também participou da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Na ocasião, foi lançado o álbum fotográfico “Fotos que Falam”, com imagens antigas do município, seus acontecimentos e ícones locais; e a cartilha de educação patrimonial “Carmo do Paranaíba: conheça, ame, preserve”, com dados históricos e fotos dos bens culturais do município.



Fotos Divulgação

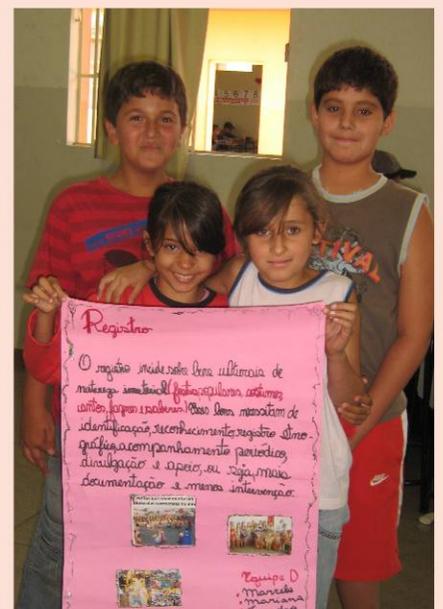


«Este passeio foi muito legal. A nossa cidade, embora pequena, possui muitos pontos turísticos como casarões e igrejas que ainda preservam a sua arquitetura original. O projeto enriquece e aumenta o nosso conhecimento sobre a nossa cidade e nossos antepassados».

Camila de Oliveira Vargas - 5º ano  
E. M. Professora Geralda Maria de Oliveira

«Eu achei muito interessante, porque nós conhecemos várias casas antigas, a história das igrejas e várias outras coisas. Pudemos ver as transformações que ocorreram ao longo do tempo, mesmo assim ainda existem construções da época do surgimento de nossa cidade. Por isso, gostei muito».

Mariana Rodrigues Silva - 5º ano  
E. M. Dilza Maria de Oliveira



Visitas e passeios guiados levaram os alunos de Carmo do Paranaíba a conhecer bens culturais e a registrar suas descobertas, resgatando a memória do município.

# O Registro do Paraibuna, em Simão Pereira

\* Vera Chacham

Segundo Louis Mumford, “pelas meras leis do acaso, algo de valor deve acumular-se nos escombros, por força de suas dimensões”<sup>(1)</sup>. Em certa medida, esta espécie de seleção da memória parece ter ocorrido com o casarão situado às margens da antiga estrada União e Indústria, em Simão Pereira, que durante bem mais de um século sobreviveu ora como restaurante, ora como depósito, ora como criadouro até voltar a (*querer*) ser, ainda que de outra forma – como lugar de memória –, o casarão do Registro do Paraibuna.

Exercendo a – fundamental – função de posto fiscal, espécie de alfândega, os registros eram meios pelos quais a Coroa Portuguesa exercia o controle “das gentes e dos impostos”, vigiando e policiando “o imbricado complexo de caminhos, trilhas e veredas”<sup>(2)</sup>, sobretudo na região das minas, para evitar os descaminhos do ouro. Existiram registros em outras regiões do Brasil, como Bahia, Goiás e São Paulo,<sup>(3)</sup> mas em Minas Gerais estima-se que foram dezenas os registros, “onde se cobravam direitos de entradas e outros impostos e taxas”, onde “se fazia o controle da entrada e saída de pessoas e mercadorias e se dava a troca de ouro por moedas cunhadas, para circularem exclusivamente nas minas, onde era proibida a circulação de ouro em pó, de fácil extravio.” (Relatório de avaliação para tombamento)

É possível, portanto, perceber os registros como “a materialização das estradas reais no Brasil colonial”<sup>(4)</sup>. E de fato não há como dissociar o Registro do Paraibuna das estradas reais em Minas, pois estas surgem em decorrência da descoberta do ouro no final do século XVII<sup>(5)</sup>. O Registro do Paraibuna foi situado estrategicamente – nos limites naturais entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, à margem esquerda do Rio Paraibuna – no Caminho novo, construído como alternativa ao “caminho velho” e que, “com o tempo, se constituiu na principal ligação entre as minas e o centro portuário e econômico do Rio de Janeiro” (Relatório de avaliação para Tombamento):

Vindo do Rio de Janeiro o viajante logo se defrontava com a travessia do Rio Paraibuna, que soberbo marcava a divisa das duas Capitanias. Nesse Rio ficava o Registro do Paraibuna, primeiro posto fiscal, onde também estavam *barcas prontas para passarem os viandantes e suas carreações do negócio que conduzem do Rio de Janeiro para as Minas* e eram cobrados os direitos de passagem.

(Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais)<sup>(6)</sup>.

A localização estratégica do Registro do Paraibuna é o que fundamenta a proposta de proteção do Iepha. Sua localização está relacionada com a necessidade de “um local de onde se pudesse avistar a estrada”, pois se tratava de uma função de vigilância que, ao que parece, um registro anterior não conseguira cumprir efetivamente.

Questões históricas específicas à parte (a serem investigadas pela pesquisa histórica acadêmica), a importância do registro se afirma por ser ele um

testemunho – único – da vida material e da estrutura social, econômica e política das Minas setecentistas, capaz de provocar questões para a pesquisa histórica e arqueológica, ao mesmo tempo em que proporciona uma dimensão espacial à imaginação histórica. Na elaboração da delimitação do perímetro de tombamento deste bem cultural foi considerado crucial o lugar em que ele se situa, pois a perspectiva que se tem a partir do registro – a paisagem – é fundamental para compreender a sua importância histórica.

Espaço e história se encontram de forma privilegiada no Registro do Paraibuna. Sua sobrevivência não pode ser mais obra do acaso, mas sim responsabilidade do Estado e da sociedade. Sua proteção por meio do tombamento estadual é uma etapa fundamental no processo visando sua preservação; por meio do tombamento são fornecidos o diagnóstico, justificativa, perímetros e diretrizes para a sua efetiva recuperação, que não abrange apenas o casarão, mas a paisagem circundante. Trata-se de um bem cultural de extrema importância para o conhecimento e a difusão da História de Minas Gerais e sua proteção demanda atenção, urgência e reflexão.



Arquivo Iepha/MG

## Notas:

- (1) MUMFORD, Lewis. A cultura das cidades Belo Horizonte: Itatiaia, 1961; p. 463.
- (2) RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage e VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia das Letras, 2007, p.31.
- (3) [www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp)
- (4) RINGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage e VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia das Letras, p.135.
- (5) Idem, ib., p. 129.
- (6) Citado por ANASTASIA, Carla Maria Junho e FURTADO, Júnia Ferreira em “A estrada real na história das Minas Gerais. In História & Perspectivas, v.20/21, 1999, p. 37.

## Conjunto Paisagístico do Parque Municipal – Belo Horizonte

Inaugurado em 26 de setembro de 1897, antes mesmo da nova capital, o Parque Municipal Américo Renê Giannetti é a referência verde do centro de Belo Horizonte. Ao longo do tempo, tem sido local de lazer para gerações de belo-horizontinos que encontram ali diversas opções de descanso e diversão.

Antes de sua implantação, o espaço abrigava a Chácara Guilherme Vaz de Mello, conhecida como Chácara do Sapo, até ser desapropriada pela Comissão Construtora da Nova Capital, em 1894. A casa principal serviu de habitação aos dois chefes da referida Comissão – Aarão Reis, de março a maio de 1895, e Francisco Bicalho, de maio 1895 a janeiro de 1898 –, e, em 1924, ao governador do Estado Olegário Maciel, que transferiu a residência oficial para o Parque Municipal, até o final de sua gestão.



Do projeto original, que previa um cassino, um restaurante e um observatório meteorológico, pouco se construiu. As ruas, alamedas, lagoas e riachos foram traçados de forma livre pelo arquiteto-jardineiro francês Paul Villon. A arborização foi introduzida por meio de transplante de árvores de grande porte, trazidas de diversos locais da cidade, e do plantio de mudas, produzidas em dois viveiros, criados por Villon às margens do Córrego da Serra. Foram feitos novos lagos e restaurados e limpos outros já existentes no local. Três grandes pontes ligavam a parte antiga à nova e as águas nascentes foram aproveitadas em fontes rústicas.

O parque possuía, originalmente, uma área de 555 mil metros quadrados, tendo por limite as avenidas Afonso Pena, Mantiqueira (atual Alfredo Balena), Araguaia (atual Francisco Sales) e Tocantins (atual Assis Chateaubriand). A partir de 1905, inicia-se o processo de perda de espaços para construções diversas como a Faculdade de

Medicina, o Instituto de Rádio, o Hospital São Vicente, o Hospital São Geraldo, a garagem da Prefeitura, o Centro de Incineração de Lixo, o Centro de Saúde do Estado, a Moradia Estudantil Borges da Costa e o Campo Desportivo do América. Dentro dos novos limites do parque foram erguidos o Teatro Francisco Nunes e o Colégio Imaco. De sua área original, o parque chega ao século 21 com apenas 182 mil metros quadrados.

Em 1975, o lepha tombou todo o conjunto paisagístico e arquitetônico do parque, por meio do Decreto nº 17.086/75 que proíbe novas construções no local. “O Parque Municipal de Belo Horizonte, construído por ocasião da inauguração da capital do Estado, vem sendo reduzido em sua área de tal modo que, hoje, quase poderá ser denominado como uma praça ajardinada. (...) A supressão daquela área viria prejudicar o aspecto paisagístico desta cidade, que é desprovida de áreas verdes. (...) O tombamento daquela área verde sustará as ameaças de sua destruição, pois passou a ser área cobiçada pela especulação imobiliária”, argumentou Rogério Diniz Gomes, arquiteto responsável pelo relatório do processo de tombamento do Parque Américo Renê Giannetti. Também estão inclusos no tombamento o Teatro Francisco Nunes e o Palácio das Artes.

Em 1997, ano do centenário de Belo Horizonte, o parque passou por uma ampla reforma, com plantio de novas espécies de árvores, implantação de sistema de irrigação, repavimentação das alamedas, instalação de novos portões de entrada e aparelhos de ginástica, além da construção de uma pista de caminhada com aproximadamente dois mil metros.

Referência: Dossiê de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Parque Municipal – Belo Horizonte, produzido pelo Iepha/MG.



## Aos olhos de Santa Luzia

**S**anta Luzia do Carangola, Santa Luzia do Rio Manso, Santa Luzia dos Barros, Santa Luzia do Rio das Velhas (hoje o município de Santa Luzia, vizinho de Belo Horizonte) – o nome de todos estes lugares atesta a arraigada devoção dos mineiros a esta santa que viveu em Siracusa, na Sicília, durante a perseguição do imperador Diocleciano aos cristãos.

O culto, de grande apelo popular, liga a virgem e mártir da Antiguidade à observação do tempo e à proteção aos olhos, disseminando-se, desde a Colônia, por todo o país. Na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, foi construído seu mais importante templo, ainda no século 18, depois transformado em catedral, sede de uma procissão que em 13 de dezembro costuma arremeter cerca de cem mil devotos.

Nessa data, tornou-se hábito popular fazer uma previsão do tempo para o ano seguinte. Além disso, diversas simpatias e orações para curar doenças dos olhos constam das práticas que, sobretudo no contexto rural, levam à invocação da santa.

Rachel de Queiroz, escritora nordestina, compôs versos singelos que remetem à intimidade com o nome e a história de Luzia entre as jovens de seu tempo, já no início do século 20: "Santa Luzia, /pois eu hei de ir à festa assim, /com estes olhos encarnados? /Santa Luzia, tenha dó de mim, /eu hei de ir ver o Raimundo com os olhos inchados! /Santa Luzia, /não é você que trata os olhos dos anjinhos/quando há no céu algum doente?"

O poeta italiano Dante Alighieri, que se tornou devoto de Santa Luzia ao se curar de uma doença nos olhos, deu a ela um lugar especial em sua Divina Comédia. Sua expedição ao Inferno e ao Purgatório fora planejada pela santa, que queria lhe abrir os olhos da alma. É ela quem transporta o poeta adormecido até a entrada do Purgatório e, no final, reaparece no Paraíso, sentada junto de São João, São Pedro e Santana.

Luzia, ou Lúcia, representa a graça e a luz espiritual. Seu nome vem de lux, "luz" em latim.

Filha de nobres, perdeu o pai muito cedo e foi educada na religião cristã, pela mãe, Eutícia. Bela e rica, atraiu o olhar e o interesse de muitos pretendentes. Pressionada por parentes e amigos, sua mãe acertou o noivado com um deles.

Nessa época, Eutícia ficou doente e Luzia conseguiu convencê-la a fazer uma peregrinação ao túmulo de Santa Ágata, em Catânia, onde deu-se o milagre: Eutícia ficou boa. Luzia convenceu-a então a doar todos os seus bens aos pobres, em agradecimento à graça alcançada. O noivo, ao saber que Luzia não teria dote, ficou furioso e a denunciou às autoridades. A jovem recusou-se a honrar os deuses pagãos e foi condenada a passar o resto da vida num prostíbulo. Porém, quando os guardas vieram levá-la, não conseguiram tirá-la do lugar. Muitos homens, e até juntas de bois, não foram capazes de movê-la. Foi então morta a golpes de espada. Era o dia 13 de dezembro do ano 304.

Não consta dos relatos de seus suplícios o tormento de lhe arrancar os olhos. Ao que parece, o atributo (olhos) liga-se ao seu nome, derivado de luz, e, por isso, também é representada com uma lâmpada, lanterna ou vela acesa ou ainda tendo chamas aos seus pés.

Em suas representações iconográficas, contudo, a donzela de Siracusa usa túnica e manto romano, uma coroa de flores ou de princesa, além de um prato ou pequena taça com dois olhos (a mais comum no Brasil), que ergue com a mão direita, enquanto a esquerda segura a palma do seu martírio. Às vezes, um punhal ou uma espada lhe atravessa o pescoço ou o colo, ou os olhos aparecem sobre um livro. Ela também pode estar cercada de uma luz flamejante, aparecer entre homens e bois, ou recebendo a sua última comunhão.

### | Para saber mais:

- ALIGHIERI, Dante. A divina comédia. Porto Alegre, L&PM, 2004.
  - BANDEIRA, Manuel, org. Antologia dos poetas brasileiros bissextos contemporâneos. Rio de Janeiro, Simões, 1964.
  - DAIX, Georges. Dicionário dos santos do calendário romano e dos beatos portugueses. Lisboa, Terramar, 2000.
  - MACCA, Marcelo e ALMEIDA, Andréa Vilela de. Santa Luzia: protetora dos olhos. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
  - ROSÁRIO, Padre Diogo do. Flos sanctorum ou história das vidas de Christo e Sua Santíssima Mãe e dos santos e suas festas. Lisboa, Typographia Universal, 1869.
  - VARAZZE, Jacopo de. Legenda áurea: vidas de santos. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Site: <http://www.carasantalucia.it/index.htm>

